

PROPOSTA DE DIÁLOGO COM JOVENS INVESTIGADORES

Por Artur Anselmo

Quem trabalhou anos a fio para levar a cabo um plano de pesquisa científica bem sabe que a investigação está longe de se esgotar nos lances concluídos: mesmo nos casos em que uma conclusão se impôs definitivamente ao espírito do investigador, o trabalho de amadurecimento continua para além dos limites materiais de uma tese. São frequentes, assim, pela vida fora, as oportunidades de se estabelecer um diálogo entre o hoje e o ontem, entre os ramos da árvore e o seu tronco, como se as novas ramagens e os novos rebentos tivessem necessidade de estar em permanente comunicação com o caule dos grandes objectivos, das grandes opções. Esse diálogo interior, engendrado a partir da realidade circundante em dois momentos históricos diversos, assemelha-se, de algum modo, ao encontro decisivo da metempsicose, e por isso o investigador pode dizer “Eu já aqui estive”, com a certeza de que a paisagem não lhe é estranha por fora e, sobretudo, por dentro.

Conhecer a paisagem por dentro corresponde, no plano científico, a uma atitude de prudência contra modificações intempestivas na fisionomia exterior. Aquilo que chamamos, na linguagem corrente, «o novo» — e que, nos nossos dias, parece mobilizar o interesse dos meios de comunicação — só tem sentido quando provoca uma reflexão fundamentada e desencadeia mecanismos intelectuais de observação, selecção e demonstração, isto é, quando entra no domínio do «científico». A tendência para se privilegiar a novidade-pela- novidade anda a par de uma detracção incessante do científico, que o mesmo é dizer de uma sobrevalorização do conhecimento vulgar. O investigador tem de ir mais longe, porém: a uma linguagem indeterminada (ou, na terminologia semiológica, «não marcada») ele deveria preferir a linguagem determinativa (ou «marcada»), suporte da intencionalidade científica.

O que hoje, para o comum das pessoas, parece ter importância transcendente não passa, na maior parte dos casos, de um fenómeno eruptivo sem consequência. Em contrapartida, certos movimentos mágicos da sociedade, transformações ou revoluções, passam ao lado de nós como fantasmas a que não atribuímos qualquer significado. A História é implacável nos seus juízos, e não adianta pôr o carro à frente dos bois: haja em vista, no caso português, o que se passou com a obra de Fernando Pessoa, hoje fonte inesgotável de documentação e ontem só conhecida de uma ínfima minoria de leitores.

Este aviso deveria estar presente na orientação dos estudos científicos contemporâneos, os quais, para além de certas matérias especializadas, muito beneficiariam de uma ampla, rasgada e descomplexada formação humanística. Por «formação» entendemos aqui, fundamentalmente, tanto a formação universitária (que, em rigor, estaria apta a fornecer as bases normativas do trabalho científico) como a formação profissional ou, mesmo, a formação autodirigida.

As Universidades nunca tiveram o exclusivo da formação de nível superior: basta lembrar as circunstâncias que presidiram à criação do Collège de France, instituição fundada em Paris, em 1529, por Francisco I, a pedido de Guillaume Budé. Sabe-se que o Collège de France surgiu à margem das universidades, para fomentar, em regime de autoresponsabilidade, o ensino humanístico de alto nível. A inscrição no Collège foi desde sempre aberta a qualquer pessoa, independentemente dos diplomas que tivesse obtido antes; apesar disso, o ensino aí ministrado é, ainda hoje, do mais alto nível, e a docência no Collège de France representa, para todos os professores, o coroamento da carreira universitária e uma distinção sem paralelo. Trata-se de uma excepção, é certo, e daí talvez a sua fama mundial; mas, mesmo nos países onde as universidades ocupam o lugar mais destacado na hierarquia dos estabelecimentos de ensino, não parece correcto, nem sério, nem sequer honesto, considerar que o ensino universitário suplante outros tipos de formação humanística, como a que pode adquirir-se pelo exercício de certas profissões ou pelo autodidactismo.

Este regresso da Universidade a uma espécie de ecologia cultural fundada na competição, em regime de autêntica «meritocracia», é tanto mais de ponderar quanto é certo que assistimos a um declínio generalizado do ensino universitário, a uma tendência para o chamado «nivelamento por baixo», de que os estudantes são vítimas inconscientes e de que certos professores são os verdadeiros responsáveis, com a conivência de uma classe política que podemos considerar, na sua maioria, intelectualmente subdesenvolvida. A situação é comum a Portugal e a outros países, só com a diferença de que, enquanto estes nasceram ontem, por assim dizer, e nada pesam na balança da História do Mundo, Portugal já foi a primeira potência do globo e uma das nações culturalmente mais avançadas. Aliás, o progresso da Cultura Portuguesa no século XVI, quando analisado pela óptica do experimentalismo, é um argumento considerável a favor do que dissemos antes, pois sabemos que a Universidade só remotamente contribuiu para esse lugar de primeiro plano que Portugal então ocupava.

Quando, por todo o lado, se ouvem queixas e lamentos de professores acerca das gravíssimas deficiências estruturais da maior parte dos actuais estudantes universitários, alude-se, implicitamente, à inaptidão cultural (em sentido amplo) de milhões de jovens; mas talvez fosse mais correcto pensar na própria inaptidão cultural de uns bons milhares de professores formados nos últimos anos, num regime de complacências criminosas que desacreditaram as licenciaturas e — se tudo continuar assim — em breve retirarão qualidade científica aos mestrados ou até aos doutoramentos.

A aptidão cultural, requisito de todo o candidato a estudos superiores, é uma consequência da formação humanística de base. Não diremos que se trata de um somatório de conhecimentos, mas antes de um exercício da inteligência e da sua capacidade para ordenar, seriar, hierarquizar conhecimentos, conceitos e valores. É da aptidão cultural que nasce a aptidão para a pesquisa científica, pois, sendo a investigação uma operação intelectual destinada a desenvolver e aprofundar novos conhecimentos, torna-se claro que esta actividade não prescinde de uma certa experiência hierarquizadora e selectiva, tanto ao nível do conhecimento teórico como ao nível do desempenho oral e escrito. Como já notara Ramón y Cajal, a

descoberta do novo não é fruto de qualquer talento especial mas de um sentido comum, melhorado e robustecido pela educação técnica e pelo hábito de meditar sobre os problemas científicos.

Para bem seleccionar e hierarquizar conhecimentos, importa evitar o armazenamento de informações sem prévia escolha e saber tirar partido do nosso património individual, mesmo nas circunstâncias em que ele nos parece estar longe de responder à nossa ambição. É ainda Ramón y Cajal a lembrar-nos que, ao contrário do aforismo popular, “o saber também ocupa lugar”, e há casos em que a ignorância é uma virtude, dado o número avassalador de leituras inúteis. Quando Cajal fazia esta afirmação, estava a pensar na autocondenação que, de certo modo, todo o investigador se impõe a si mesmo enquanto produz trabalho novo, ao recusar-se a tomar conhecimento de outros assuntos que não sejam os que estão relacionados com a sua área científica. Não partilho da opinião do grande sábio espanhol, por considerar que um trabalho reflectido de investigação ou de docência exige uma contrapartida não apenas de lazer mas também de um outro tipo de intervenção cultural, porventura de menor responsabilidade, a efectuar em sector diferente daquele em que se está concentrado. Esta mobilidade desenvolve a capacidade crítica, diversifica os centros de interesse, dá-nos, enfim, a sensação de estarmos vivos, e não emparedados num cubículo donde mal saímos para respirar.

Talvez venha a propósito citar o Álvaro de Campos do «Ultimatum», no ponto em que ele exclamava: “Sufoco de ter isto só à minha volta! / Deixem-me respirar! / Abram todas as janelas! / Abram mais janelas que todas as janelas que há no mundo.” Digamos, por metonímia, que *isto* (o «isto só» que temos à nossa volta e que nos sufoca) é o mundo aparentemente empedernido dos objectos com que trabalhamos; digamos também que as *janelas* (que precisamos de abrir para respirarmos) são a leitura crítica desses objectos; digamos, ainda, que nem “todas as janelas que há no mundo” satisfazem a nossa curiosidade e a nossa vontade de respirar; digamos, finalmente, transportando a metonímia às suas últimas consequências, que, sem o sopro do Humanismo, o cientista corre o risco de sufocar.